

## Estudos de recepção com crianças: trajetórias, aportes e metodologias

Jacqueline Sobral<sup>1</sup>, Maria Isabel Orofino<sup>2</sup>

### Resumo

O artigo apresenta uma reflexão sobre a pesquisa de recepção com crianças, sobretudo no Brasil, recuperando a trajetória do campo, suas principais matrizes teóricas e contribuições para a pesquisa empírica em comunicação social. Discutem-se os aportes da nova sociologia da infância em diálogo com algumas observações recolhidas com pesquisa empírica e apresentam-se também algumas inferências realizadas pelas autoras com o objetivo de problematizar a relação de alteridade adulto-criança e os desafios desta para a compreensão por parte do adulto das representações e dos sentidos produzidos pelas crianças.

*Palavras-chave:* Estudos de Recepção. Crianças. Pesquisa Empírica. Comunicação.

### Abstract

This article presents a discussion about reception research with children in Brazil, with a focus on the field trajectory, its major theoretical frameworks and contributions to empirical research in social communication studies. It also discusses the contributions of the so called new sociology of childhood in dialogue with observations in empirical research and presents inferences made by authors in order to problematize the alterity relation adult-child and the challenges for adults to understand representations and meanings produced by children.

*Keywords:* Audience Reception Research. Children. Empirical Research. Communication.

*O Manel e o Gil começam aos cochichos e, a dada altura, percebo que estão a conversar acerca das meninas. O Manel diz que a namorada do Gil é a Ilda, e ri-se dele. O Rafa que seguia a conversa começou a cantarolar repetidamente: - Olha-as-três-na-mo-ra-das-do-Ma-nel! – referindo-se à Rita, Lola e Gabi. - Não é nada! É só uma! – diz-lhe o Manel. - Não, são duas! – diz o Rafa para o Manel. – A Gabi e a Rita. - Não, é só uma! – volta a dizer o Manel. Então sou eu! – diz Rita ao Manel. Não é nada! – diz o Manel – Pim-pam-pum... Calha à Gabi – diz ele, “tirando à sorte” uma das três meninas. Nisto, o Marco que está sentado em frente, junto ao Rafa, diz: - As namoradas são só uma! E a minha é a Gabi! [...] (25/05/99). (FERREIRA, 2008, p. 145)*

<sup>1</sup> Jornalista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM-SP e Bolsista PROSUP/CAPEL. E-mail: jacqueline.sobral@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo, Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM-SP. Email: iorofino@espm.br.

## Introdução

Ao longo das duas últimas décadas, os estudos de recepção ganharam espaço no debate teórico do campo da comunicação social no Brasil. Com uma trajetória consolidada<sup>3</sup>, ainda que em permanente transformação, os olhares sobre a atividade das comunidades de audiências acolheram ingressos nem sempre sob a mesma rubrica teórica, mas que, em grande parte, tornaram-se conhecidos como *estudos críticos de recepção*. Em larga medida, estas investigações recuperam uma trajetória latino-americana nos estudos da cultura popular a partir do aporte gramsciano (Fuenzallida, Hermosilla, Gozález, Orozco Gómez, Martín-Barbero, Freire, García Canclini, Lopes, Baccega, entre outros). E isto, é interessante notar, se dá em diálogo com a entrada dos autores dos estudos culturais britânicos, a qual acontece na medida em que os textos de base alcançam tradução, e assim maior circulação, entre os pesquisadores brasileiros. Registram-se também estudos que solicitam uma leitura mais fenomenológica e hermenêutica do fenômeno, o que promoveu um debate interessante no campo. Assim, o que conhecemos como estudos de recepção no Brasil conjuga aportes distintos cujo eixo em comum é indagar sobre a ação, os usos e apropriações realizadas pelos leitores e consumidores, em seus contextos particulares e em suas relações com a mídia.

No entanto, não se verifica por parte dos estudos de recepção no Brasil um número significativo de pesquisas realizadas com crianças<sup>4</sup>. O que não aconteceu em outros países como no México (a partir do trabalho de Guillermo Orozco Gómez, por exemplo) e no Reino Unido (David Buckingham e Sonia Livingstone, por exemplo). Aqui no Brasil, no campo da pesquisa crítica de **mídias e infâncias**, não somos ainda muito visíveis e estamos dispersos por diferentes áreas como comunicação, artes e educação. Além disso, nem sempre os/as pesquisadores/as estão trabalhando com os aportes dos estudos de recepção, o que torna bem restrito o *corpus* disponível de pesquisas sobre a interface *recepção e infâncias*.

Assim, nossa proposta com este texto é oferecer uma reflexão teórica e metodológica sobre estudos de recepção com foco na *mediação geracional*, compreendendo a infância como categoria estrutural, atravessada pelos demais eixos constitutivos do social como classe, gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, entre outros. Ainda que nosso interesse se dê no campo da comunicação social, será necessário buscar um diálogo com um movimento teórico recente que se convencionou chamar de *nova sociologia da infância*, a partir de autores como Prout, Sirota, Corsaro, Qvortrup,

---

<sup>3</sup> Os estudos críticos de recepção realizados no Brasil consolidaram seu espaço com a adesão de muitos investigadores mobilizados por seus questionamentos com respeito à atividade de recepção, crítica e resistências por parte das audiências, cuja trajetória pode ser verificada junto à memória dos artigos publicados nos encontros da Compós – Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação.

<sup>4</sup> Esta constatação pode ser verificada a partir de uma análise dos registros da Compós. Ao longo de seus 20 anos de atuação, do total de artigos apresentados, verificam-se apenas quatro que se voltam para o tema das relações entre recepção e infância.

entre outros que buscam problematizar a condição de sujeito/agente no âmbito da infância. Com o objetivo de ilustrar algumas das concepções teóricas aqui trabalhadas apresentamos algumas reflexões sobre os desafios da pesquisa empírica de recepção, com viés etnográfico, realizada com as crianças.

## Identidade e alteridade: a criança enquanto o outro

*Como é possível que antropólogos cheguem a conhecer a maneira como um nativo (uma palavra que, devo logo dizer, usei aqui “no sentido estrito do termo”) pensa, sente e percebe o mundo?*

*(...) A questão é epistemológica. (Clifford Geertz, 1989, p.19)*

Um dos desafios lançados pela pesquisa antropológica no campo da infância significa uma abertura, por parte do investigador, para a leitura de mundo a partir do *ponto de vista da criança*. Sabemos que esta é uma longa discussão no campo da antropologia (se não é “a” questão) e que certamente não daremos conta aqui de cobrir este campo. No entanto, quando se trata desta relação de alteridade criança-adulto, faz-se necessário destacar que captar as formas sutis como as relações de poder que se estabelecem é uma tarefa nada fácil para o/a pesquisador/a. Imerso na sociedade adultocêntrica na qual as relações de poder na infância são absolutamente naturalizadas, o pesquisador em campo também corre um sério risco de reproduzir a autoridade do adulto. A esta dificuldade na compreensão da alteridade geracional soma-se o dilema sociológico em relação à permanente desconfiança, por parte dos adultos, do direito da criança a ser compreendida enquanto **sujeito**. Sobre isto, Ferreira (2008, p.149) comenta que:

*Levar mais longe o reconhecimento das crianças como sujeito é adotar uma concepção de pesquisa com crianças em que elas são vistas como atores sociais implicados nas mudanças e sendo mudados nos mundos sociais e culturais em que vivem, e como protagonistas e repórteres competentes das suas próprias experiências e entendimentos – elas são, portanto as melhores informantes do seu aqui e agora. Por isso, a pesquisa que perspectiva as crianças como atores sociais assume como dimensões centrais o estatuto da autonomia e da equidade conceptual da criança e a simetria ética com os adultos (cf. THORNE, 1993; JAMES & PROUT, 1997; QVORTUP, 1996; CORSARO, 1997). Isto significa conceber as crianças como seres humanos semelhantes aos adultos mas possuindo competências diferentes (CHRISTENSEN & JAMES, 2000) e legítimas (...).*

Estas assimetrias nas relações de poder na alteridade criança-adulto, se revelam também no momento da pesquisa empírica em múltiplas possibilidades de jogos de performance de ambas as partes. A construção de uma relação de reciprocidade com os/as informantes demanda o cuidado e solícita do pesquisador/a (que busca alcançar

um sentido profundo, não apressado) o compromisso com a permanência em campo de modo altamente reflexivo para a coleta de dados.

É preciso, acima de tudo, se solidarizar com a criança, pensando-a aqui como categoria política, com direitos de participação, e que é duramente excluída pelos adultos, de modo absolutamente naturalizado e reproduzido, até mesmo por aqueles que muitas vezes se julgam defensores de seus direitos e com as melhores das intenções. E deste modo, manter em mente o que destacou Philippe Ariès (1986), que *in-fante* é aquele que não tem voz, que não tem fala, o que vem a ser a concepção hegemônica do lugar social da criança.

## Infâncias em contextos particulares

Uma grande contribuição que os estudos de recepção oferecem para os debates sobre a criança é a necessidade de indagarmos e refletirmos sobre a *pluralidade de infâncias*, lidas e interpretadas a partir de seus contextos particulares. A noção de *infância padrão* (e de criança padrão) é um problema epistemológico com ancoragem positivista, ainda recorrente nos estudos científicos sobre a criança. Por oferecer esta mirada para os contextos de apropriação e de usos, os estudos de recepção ajudam a dar visibilidade para a multiplicidade de contextos de diferentes infâncias. Isto permite questionar o cânone da pesquisa de efeitos e de viés comportamental que ainda informa a grande maioria de estudos sobre mídias e crianças. Os meios de comunicação não atingem a criança de um modo linear como em uma relação de causa e efeito. As relações das crianças com as mídias estão atravessadas por dimensões plurais a partir dos contextos de recepção, os quais, dada à dialética local-global, são: territorial, geográfica, ambiental, cultural, social e historicamente diferentes.

A emergência da sociedade em redes e a expansão dos usos das tecnologias digitais promovem mudanças que tocam as infâncias, de modo sem precedentes, em todo o planeta. E a emergência destas novas tecnologias acentua o coro do pânico moral. Os discursos que acusam os meios de comunicação como os causadores de muitos males provocados à infância continuam muito populares e ganham espaço na própria mídia superficial e sensacionalista. É interessante observar que os mesmos se reproduzem a cada momento em que surge uma nova forma cultural, o que se acentuou com a difusão da cultura digital. Para não incorrer no risco de produzir respostas rápidas e lineares é preciso uma dedicação mais aprofundada à leitura e à compreensão do fenômeno.

## A pesquisa de comunicação com crianças

A preocupação com os “efeitos” da mídia sobre a infância é um tema antigo cuja origem remonta aos estudos funcionalistas clássicos (Lasswell e Lazarsfeld) realizados nos Estados Unidos a partir dos anos 20 com as primeiras pesquisas sobre o rádio. Em

grande medida, o paradigma funcional, com seus aportes instrumentais e behavioristas, informam até hoje a grande maioria de estudos sobre as relações das crianças com as mídias. Daí a importância da clivagem de estudos de efeitos para estudos críticos de recepção e esta distinção epistemológica não está muito clara no debate social que informa as consequências da relação entre meios de comunicação e infância.

Nos últimos anos, a entrada das mídias eletrônicas não só possibilitou a produção de conteúdos em larga escala, mas também a velocidade e a ampliação do acesso aos textos midiáticos transcendendo fronteiras nacionais e diferentes culturas. Isto acentuou o que David Buckingham chama de “pânico moral”, cujo discurso hegemônico prega que estamos presenciando uma “destruição da infância” promovida pelos meios de comunicação. E, em geral, o debate vem assumindo características dicotômicas: de um lado do pêndulo, a criança é vista como um ser indefeso, uma vítima que precisa ser protegida da lógica capitalista demoníaca; do outro, sobretudo a partir da ótica do mercado, ela é percebida como um consumidor que sabe o que quer, um ator social que pode assumir um comportamento violento ou sexualmente precoce, o que se torna uma ameaça à autoridade dos adultos à sua volta.

Esses argumentos antagônicos, como ressalta Buckingham (2007), partem de “visões essencialistas” da infância, como se a criança fosse um ser fixo e imutável, cujo desenvolvimento cognitivo se dá em uma sequência lógica pré-determinada, independentemente de suas experiências e do contexto histórico e sociocultural em que ela se insere. Ambos são construídos com base na definição do que as crianças não são e do que *não* conseguem, ou *não* podem fazer.

É preciso ter clareza de que, quando a criança é descrita como um sujeito que ainda não conquistou a racionalidade, ou como um símbolo da pureza, ou ainda quando os temores sobre a “precocidade” se manifestam, o que está em jogo é a reafirmação do poder ou a naturalização da alteridade entre adultos e crianças, uma fronteira que garante a exclusão da infância de um lugar de fala. Portanto, torna-se primordial partir de duas premissas, compreender que: *criança* é uma construção social, não apenas uma classificação universal e biológica; e que não existe *uma* infância, mas diversas, marcadas por condições desiguais entre classe social, gênero, faixa etária, raça, cultura, contexto histórico e cultural e experiências de vida — o ideal, então, é falar em *infâncias*. Além disso, é necessário assumir a proposição de que as relações sociais das crianças e suas culturas merecem ser estudadas em si mesmas e independentes das perspectivas dos adultos, ou seja, longe da preponderância de uma visão adultocêntrica. É com essa lente que buscamos analisar a fala de alguns meninos entre 6 a 8 anos em uma tarde de pesquisa nas dependências da ONG em que atuamos.

## Muito mais que uma palavra “feia”: os contextos e usos sociais da fala infantil

As crianças tinham acabado de almoçar e ainda tinham alguns minutos antes das atividades na ONG começarem naquela tarde de outono em São Paulo, no final de maio deste ano. Algumas corriam pelo pátio, outras brincavam no balanço. Ao passarmos pela sala de vídeo, percebemos que um grupo de quatro ou cinco meninos estava deitado nos colchonetes, de barriga para baixo, cabeças apoiadas nas mãos, concentrados assistindo às imagens que passavam na TV. Paramos, em silêncio, para observar. Na tela percebemos um filme sexualizado e violento; na cena, uma mulher se aproximava de um sujeito e, por cima da calça dele, dava um apertão em seu órgão sexual. De repente, um gritou para a tela: “*Estrupa* ela!”. E repetiu: “*Estrupa* ela!” Logo depois, outra criança imitou: “*Estrupa* ela!” Foi quando uma das educadoras entrou na sala, tirou o DVD do aparelho, desligou a TV, e perguntou o que eles estavam assistindo e com autorização de quem. Um deles respondeu que foi a outra *tia* que tinha deixado. Rapidamente, o grupinho, em uma atitude cúmplice, se dispersou e saiu para o pátio.

Fica a questão: como é possível ao pesquisador/a adulto/a se despir, acima de tudo de sua condição de geração com seu repertório, suas certezas, crenças e visões de mundo e compreender este mesmo mundo a partir do olhar da criança de hoje, uma criança que o pesquisador/a nunca foi um dia?

## A criança e o contexto do que se diz: contribuições da nova sociologia da infância

*(...) quando o outro é uma criança, a linguagem oral não é central nem única, mas fortemente acompanhada de outras expressões corporais, gestuais e faciais. Isso já indica alguns problemas metodológicos envolvidos na pesquisa com crianças: a atenção às diferentes linguagens e os limites no grau de compreensão que podemos alcançar. (...) As crianças não só reproduzem, mas produzem significações acerca de sua própria vida e das possibilidades de construção da sua existência. (ROCHA, 2008, p. 45-46).*

Nesta passagem Eloisa Candal da Rocha destaca os limites do adulto na compreensão da fala da criança, esse *outro* que produz significações dentro de determinados contextos sociais. A autora afirma que “a lógica da comunicação com ela, para conhecer seu ponto de vista, não pode centrar-se na oralidade, muito menos de forma exclusiva na escrita”, enfatizando que uma investigação sobre o mundo infantil deve levar em consideração “uma multiplicidade de formas de agir em diferentes contextos sociais e culturais”.

Assim, retomando o nosso exemplo, aquelas crianças reunidas diante da TV assistiam a um filme chamado *Fúria sobre Rodas*. Não sabemos nem quem levou o

DVD e muito menos quem colocou-o para assistir. O longa-metragem, lançado nos Estados Unidos em 2011, conta a história de Milton, interpretado pelo ator Nicolas Cage, um criminoso que sai da prisão com a missão de acabar com um culto de magia negra, responsável pelo assassinato de sua filha e que pretende sacrificar sua neta em uma noite de lua cheia<sup>5</sup>. Em sua jornada, ele acaba conhecendo Piper (Amber Heard), uma garçonete boa de briga que está em busca de aventura. O filme de ação, com classificação indicativa para maiores de 16 anos, traz cenas de sexo e personagens que falam palavrões ao som de músicas pesadas.

Nossa observação destaca que os meninos sabiam que estavam assistindo a um conteúdo “proibido”, já que ao serem questionado pela educadora, inventaram que *outra tia* havia permitido, o que foi rapidamente contestado pela *autoridade* adulta. Além disso, eles sabiam que o intervalo já estava no fim e que deveriam, naquele momento, estar se preparando para as atividades da ONG. Nos minutos que antecederam as manifestações de “*estrupe* ela!”, breve período em que observamos a cena, a *turminha* estava praticamente em silêncio, concentrada nas imagens, em uma espécie de cumplicidade, como se tivesse feito um acordo, estabelecido um consenso de que todos ficariam juntos ali, sem fazer barulho, para “burlar a autoridade adulta” e fazerem algo “mais legal”.

Essa relação intergeracional de cumplicidade pode ser melhor compreendida a partir do conceito de *cultura de pares* do sociólogo William Corsaro o qual precisa ser trazido para o campo dos estudos de recepção com crianças. Para Corsaro (2011), as relações das crianças com os seus “pares”, ou seja, com um grupo de crianças que convive junto no dia a dia, são fundamentais para a produção cultural do próprio mundo infantil. Ao serem cúmplices na sala de TV, assistindo a um filme proibido pelos adultos, aqueles meninos poderiam estar reafirmando os laços de amizade entre eles, além de criarem um mundo só deles, no qual as regras dos adultos não funcionam, mesmo que por pouco tempo. A teoria de cultura de pares de Corsaro (2011) também está ligada ao seu conceito de *reprodução interpretativa*: segundo ele, as crianças não se limitam a imitar ou a internalizar a sociedade e a cultura a que estão inseridas, mas contribuem ativamente para a produção cultural, se apropriando, reinventando, reproduzindo conteúdos, se esforçando para interpretar, ou buscar um sentido para o mundo à sua volta, a partir das suas relações com outras crianças e com os adultos:

*As crianças se apropriam criativamente de informações do mundo adulto para produzir suas próprias culturas de pares. Tal apropriação é criativa no sentido de que estende ou desenvolve a cultura de pares; as crianças transformam as informações do mundo adulto a fim de responder às preocupações de seu mundo.*

---

<sup>5</sup> Quer dizer: totalmente fora do que se pode considerar uma produção cultural idealizada e realizada para o público infantil, como é o que acontece com a enorme maioria de textos midiáticos disponíveis (no sentido de vida cotidiana) para o consumo das crianças. Daí que o debate sobre “proibições” de comerciais é inócua!

*Dessa forma, contribuem simultaneamente para a reprodução da cultura adulta. Assim, as culturas de pares infantis têm uma autonomia que as tornam dignas de documentação e de estudo por si. (CORSARO, 2011, p. 53).*

O trabalho do sociólogo é interessante também para refletirmos sobre a própria fala das crianças: “*estrupe* ela!”. Para Corsaro, existem três tipos de ações coletivas que formam a reprodução interpretativa, e o primeiro consiste na *apropriação criativa de informações e conhecimentos pelas crianças do mundo adulto*. Na tentativa de compreender o ambiente à sua volta, de experimentar e testar seus sentidos, muitas vezes a criança reproduz e aplica termos conhecidos, que ela já ouviu em algum lugar, em contextos diversos. A segunda ação coletiva é a *produção e participação de crianças em uma série de culturas de pares*; enquanto a terceira é a *contribuição infantil para a reprodução e extensão da cultura adulta*. “Essas atividades seguem uma progressão exata: a apropriação permite a produção cultural, que contribui para a reprodução e a mudança. As atividades não são, no entanto, historicamente divididas” (p. 54), explica o sociólogo.

Partindo do trabalho de Corsaro, questionamos: será que os meninos sabiam o significado *adulto* do verbo “estuprar”, que acabou se transformando em *estrupe*? Ou a palavra foi utilizada com outra intenção no jogo da interação? Levin e Kilbourne (2009)<sup>6</sup> contam o caso de Jason, um menino de cinco anos, que disse à amiguinha da escola que queria “fazer sexo” com ela. A reação dos pais da menina, ao saber do ocorrido, foi imediata: entraram em contato com a professora e o diretor do colégio e proibiram Ashley, a filha, de brincar novamente com Jason. Acabaram descobrindo depois, por intermédio de uma psicóloga que foi conversar com o menino, que “sexo” para ele era sinônimo de “beijar”, e que ele queria fazer isso, pois gostava da Ashley. Voltando aos nossos meninos, talvez, assim como Jason, eles tenham se apropriado e criado novos sentidos para uma palavra que no mundo adulto é sinônimo de um ato de violência sexual.

As crianças, assim como os adultos, estão sempre construindo, reconstruindo e reafirmando suas posições de gênero, influenciadas pelos contextos sociais e culturais a que pertencem, incluindo aqui as representações veiculadas pela mídia. Quando se trata de papéis masculinos e femininos, o estereótipo predominante ainda é o do “macho” que conquista a mulher e da mocinha que se encanta passivamente pelo galã. No entanto, na cena a que os meninos assistiam de “Fúrias sobre Rodas”, os personagens se mostravam em uma inversão de papéis: a mulher estava abusando do homem, em uma atitude inesperada, ao apertar seu órgão genital por cima da calça. Foi nesse contexto que os meninos reagiram “*Estrupe* ela!” Será que estes meninos, de seis a oito anos, estavam *realmente* desejando que o homem da história agisse com

---

<sup>6</sup> Levin, Diane E.; Kilbourne, Jean. **A infância perdida: como orientar nossas crianças na era da sexualidade precoce**. São Paulo: Editora Gente, 2009. Vale enfatizar que discordamos da abordagem presente neste livro, mas achamos interessante o exemplo citado no trabalho.



violência e fizesse sexo à força com aquela mulher, pois eles aprenderam com a mídia ou em algum outro lugar, que esse tipo de atitude é a correta, ou o que eles fizeram foi reproduzir uma palavra, sem ao certo saber o seu significado no *mundo adulto*, para reafirmar um estereótipo ainda disseminado em nossa cultura de que cabe sempre ao homem a iniciativa sexual?

Ao reconhecermos que a palavra está carregada de sentido social, de que a palavra é social registra-se aqui o desafio de promover o deslocamento Eu-Outro a partir de uma permanente vigilância epistemológica para não incorrer nas armadilhas do determinismo e da ideologia (neste caso adultocêntrica e patriarcal). Mas sim “cavar para além da superfície do significado” como sugeriu Roger Silverstone na tentativa de compreender a criança-sujeito inserida na cultura, esta que (como destacou Cliford Geertz) é uma teia complexa de significações.

## **Para encerrar até este ponto...**

Com esta reflexão buscamos muito mais problematizar conceitos do que oferecer respostas. Ao localizarmos o interesse pela pesquisa de recepção reafirmamos a importância deste campo para uma compreensão mais aprofundada das relações cotidianas das crianças com as mídias, a partir de seus múltiplos cenários de interação, convívio e experiência. Dada a centralidade dos meios de comunicação no contexto da vida social contemporânea, são muitas as questões que afetam a vida das crianças. Os estudos de recepção com crianças ganham importância na vida social contemporânea na medida em que oferecem um outro olhar para as relações entre mídia e infância, de modo que nos possibilita investigar o lugar social da criança sob um ponto de vista político, que problematiza a sua exclusão, sua infantilização, e suas múltiplas formas de silenciamento.

## Referências

ÀRIES, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias eletrônicas*. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

BUCKINGHAM, David. *Repensando a criança-consumidora: novas práticas, novos paradigmas*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo/ Escola Superior de Propaganda e Marketing. Ano 9, v.9, n.25 (agosto 2012) – São Paulo: ESPM, 2012.

CORSARO, William. *Entrada no campo, aceitação, e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas*. In: *Educação e Sociedade. Sociologia da infância: Pesquisas com crianças*. Revista de Ciência da Educação. vol.26, n.91, p. 443-464 — Campinas: Mai/ago, 2005.

CORSARO, William A. *Sociologia na infância*. Porto Alegre: Artmed, 2011.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “Branco demais” ou... Reflexões epistemológicas, metodológicas e éticas acerca da pesquisa com crianças. In: SARMENTO, Manuel; GOUVEIA, Maria Cristina Soares de (Org.). *Estudos da infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.

LIVINGSTONE, Sonia. *Tomando oportunidades arriscadas na criação de conteúdo jovem: o uso pelos adolescentes de sites de redes sociais para intimidade, privacidade e expressão própria*. Revista Comunicação, Mídia e Consumo/ Escola Superior de Propaganda e Marketing. Ano 9, v.9, n.25 (agosto 2012) – São Paulo: ESPM, 2012.

PROUT, Alan. *Reconsiderando a Nova Sociologia da Infância*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 40, n. 141, p. 729-750,

ROCHA, Eloisa Acires Candal. *Por que ouvir as crianças? Algumas questões para um debate científico multidisciplinar*. In: CRUZ, Silvia Helena Vieira (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisa*. São Paulo: Cortez, 2008.

SARMENTO, Manuel Jacinto. *Sociologia da Infância: correntes e confluências*. In: SARMENTO, Manuel Jacinto; GOUVEIA, Maria Cristina Soares de (Orgs.). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis: Vozes, 2008.

SIROTA, Règine. *Emergência de uma Sociologia da Infância: evolução do objeto e do olhar*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 112, p.7-31, mar/ 2001.